

“A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos” como configuração do vale de lágrimas: do manuscrito de Álvaro Vieira Pinto

“Sociology in the Underdeveloped Countries” as a configuration of the tears valley: from the handwritings of Álvaro Vieira Pinto

José Ernesto de Fáveri*

Paolo Nosella**

*Doutorado em Educação pela UFSCar/SP. Professor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI.
e-mail: j.ef@terra.com.br

** Doutorado em Filosofia da Educação pela PUC/SP. Professor do Programa de Pós-Graduação da UFSCar/SP.
e-mail: nosellap@terra.com.br

Resumo

Este artigo trata da sociologia nos países subdesenvolvidos, ou seja, analisa as condições sociais e materiais desumanizantes em que a massa oprimida se encontra. O autor da “sociologia dos países subdesenvolvidos”, mostra a metodologia usada pelas elites para alienar o povo pobre e legitimar a opressão, apontando como agem os falsos intelectuais dos diversos campos do saber, contra os oprimidos e a favor das elite promotora e sustentadora das diferentes formas de dominação provocada pelo subdesenvolvimento do país.

Palavras-chave

Subdesenvolvimento nacional. Colonialismo intelectual. Dominação social.

Abstract

This article deals with some aspects of sociology in the underdeveloped countries through the analysis of the social and material conditions in which the oppressed people produce and develop the dehumanization of their existence. In this work, the author shows the strategies used by the elite in order to alienate the poor people. Besides that, he also points out the way the false intellectuals, from the several different fields of knowledge, act against the oppressed mass and in favour of those elites that promote and support the different ways of domination brought by the underdeveloped country.

Key words

National underdevelopment. Intellectual colonialism. Social domination.

Todo propósito alcançado, obviamente, possui um ponto de partida. O início do resgate desta obra manuscrita de Vieira Pinto está intimamente ligado ao trabalho de pesquisa do mestrado¹, realizado, na primeira metade da década de 90. Foi nesse processo de pesquisa, ao estudar o pensamento pedagógico de Paulo Freire, que o autor se encontra com o pensamento e os escritos de Vieira Pinto. Algum tempo depois, mais especificamente em 2003, ingressei no curso de doutorado, da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, SP – no programa de pós-graduação na área de Fundamentos da educação, sob a orientação do professor Dr. Paolo Nosella. Foi nestas condições que reencontro-me com o pensamento de Vieira Pinto. Em 27 de outubro de 2006, realizo a defesa da tese, com o título: Álvaro Vieira Pinto: trajetória, filosofia e contribuições à educação libertadora. Esse artigo é um extrato da referida tese.

Essa obra, *A sociologia dos países subdesenvolvidos*, é permeada por uma aproximação metafórica entre países subdesenvolvidos, no caso o Brasil, e o vale de lágrimas (da oração católica *Salve Rainha*). O autor dedica as primeiras páginas a uma espécie de introdução metodológica do ensaio, apontando os descaminhos das práticas metodicamente desenvolvidas pelas elites para ocultar os fundamentos sociais desse vale de lágrimas. E inicia justificando o emprego da imagem metafórica aludida, como a conveniência dos poderosos em manter a alienação religiosa do castigo original. E também a ingenuidade essencial da consciência pessimista dos pobres.

Mais que isso, importa construir uma ciência, uma sociologia, que explique a inevitabilidade do vale de lágrimas para os outros pobres cuja religião é o conhecimento científico e/ou cuja sobrevivência depende da instituição Ciência.

Sempre associando os pobres às massas trabalhadoras, e os poderosos aos capitalistas, Álvaro Vieira Pinto² reafirma o tempo todo sua interpretação dialética hegeliana da realidade, assentada, ainda, sobre a estrutura de classes sociais antagônicas do materialismo histórico. Assim, na geologia do vale de lágrimas, interessa-lhe explicitar por que o trabalhador habita as vertentes do vale e o que fazer para acabar com sua torturante realidade.

Acusa o caráter ideológico histórico contido na metáfora, bem como sua incoerência lógico-conceitual e o emprego que dela é feito na defesa dos interesses das classes dominantes. Trata-se, afinal, de uma metodologia ou uma prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do vale de lágrimas.

As elites sempre sustentaram que a organização social dividida em classes é natural à humanidade, portanto, no vale de lágrimas, houve, há e haverá uma maioria sofredora, o que dificulta qualquer iniciativa de libertação e imobiliza os agentes cultos da sociedade que, em geral, mantêm-se como tal às custas de sua subserviência aos interesses dos poderosos. As lágrimas caracterizam a climatologia do vale, mas não o modificam. A libertação, então, deverá ser um empreendimento do povo subjugado que somente a concretizará com o suporte de teoria realidade, refletindo-se uma so-

bre a outra.

O autor considera indispensável que pensadores de boa vontade expliquem os acontecimentos às massas, ou seja, trabalhem uma teoria revolucionária responsável pela superação do caráter ingênuo do pensamento do povo caracterizado pela imobilidade e por explicações religiosas. A teoria revolucionária revelará compreensão da natureza social dos infortúnios de classe, ou seja, as razões da opressão, que não de cunho moral. Os dominadores fazem qualquer esforço para aliviar essa opressão.

A criação de uma anti-sociologia esvaziaria de conteúdo a sociologia da dominação. Seu primeiro gesto seria a desmistificação da assistência humana e cristã dos dominadores, uma das quais passa pela formação acadêmica dos cientistas sociais, cujo único objetivo é legitimar, cientificamente, as ciências sociais da opressão. Assim, as armas intelectuais voltam-se contra o povo e não a favor dele, nos países subdesenvolvidos. A noite ártica da inteligência dos intelectuais revolucionários, como ressalta AVP, deve ser acompanhada da profunda compreensão do passado e do presente das culturas, para poder explicar o processo de sucessão das formações sociais, quando o contato com as massas se fizer possível. Nesse contato, mostrar-se-á, sempre, que a vigência de um sistema de liberdade econômica, segurança nacional e comunicação de massas que enfeitiça o povo, só atende aos interesses dos que detêm a propriedade dos bens econômicos, dos meios de segurança e da comunicação. Esses, em geral, são instrumentalizados por teóricos acadêmicos que reiteram, naturali-

zam e legitimam tais sistemas por meio das chamadas pesquisas de campo cujos resultados espalhados em revistas científicas e congêneres estruturam uma ideologia de dominação, composta por aparentes correntes divergentes de entendimento da realidade. No entanto, convergem no que é essencial, ou seja, afirmar o capitalismo como destino da humanidade civilizada e a classe trabalhadora como capaz de superar, com esforço, determinação, mais e mais trabalho, sua condição de explorada. O importante, para tal ciência da dominação é negar de todas as formas a possibilidade de destruição da estrutura social em classes antagônicas, tanto quanto a destruição da dicotomia país desenvolvido e país subdesenvolvido.

Segundo AVP, desfigura-se a Sociologia confundindo-a com Psicologia, desviando-se motivos sociais para explicações grupais e individuais com base em conceitos de ordem psicológica, tais como motivações, complexos, pulsões, etc. Deslocam-se, assim, os conflitos de classe para reações individuais ou coletivas de cunho patológico. Como corolário, segue-se que a organização social capitalista é perfeita; inadaptados são alguns de seus atores. Isso granjeia polpudas recompensas financeiras aos psiquiatras que tratam dos chamados problemas psicossociais, muitos dos quais fabricados no país dominador.

Diante desse quadro, os inconformados com o sistema são, justificadamente, enquadrados em programas de adaptação. E toda forma de rebeldia política é passível de tratamento, que vai da cadeia ao manicômio. A finalidade suprema é obter trabalho docilizado na ordem capitalista.

As distorções benéficas às elites estendem-se a outros campos do saber. A biologia é envolvida com as noções de meio ambiente e adaptação transmutadas para a idéia de ambiente social, onde a permanência da inadaptação passa a ser caso de polícia.

Por outro lado, as elites acusam os sociólogos revolucionários de estigmatizá-las, haja vista o progresso das relações sociais, da escravatura até o trabalho social assalariado do regime capitalista. Na verdade, estão defendendo o futuro da manutenção do capitalismo, promovendo a profilaxia da revolução e repudiando a qualidade ideológica das concepções capitalistas.

Toda sociologia é, obrigatoriamente, uma ideologia social, sendo produto do pensamento de alguém a favor ou contra a maioria dos que são os deserdados do mundo. Uma sociologia não-ideológica ou neutra seria uma ciência sem fundo social.

O autor enfatiza a necessidade de constituir o que considera uma autêntica sociologia do subdesenvolvimento ou da classe trabalhadora dominada com procedimentos lógico-dialéticos em contraposição aos formais, utilizados pelas ciências da dominação e destinados a manter os povos subdesenvolvidos no estágio colonial, isto é, fornecendo matérias-primas e trabalho braçal ou culto a grupos ou países superpotentes.

AVP aponta a ética como outro caminho desviante da Sociologia. Pois, colocam-se os fenômenos sociais sob a tutela da moral e se introduz a ética como critério de apreciação de dados e fenômenos sociais, substitui-se o fato pelo valor, com

valores imutáveis de uma espécie de ideologia social. O cientista social converte-se em advogado do status quo e teólogo das relações sociais sob o capitalismo, repudiando as categorias do pensamento crítico-dialético e cultivando a consciência ingênua. Segundo a lógica dessa teologia, o sentido da exploração do trabalho é assumido apenas como natural diversificação das formas produtivas.

A ciência do Direito é mais um campo de cultivo da consciência ingênua dos intelectuais da elite. Aplica técnicas de obtenção do consenso social passivo em torno das distorções da sociologia para a área dos valores e penaliza os infratores dos valores absolutos do sistema democrático capitalista. Essa ciência oferece interpretações diversas a situações de corrupção em função da classe social e combate, sob o nome de subversão, qualquer iniciativa que ponha em risco a ordem estabelecida. Quando os estratagemas ideológicos falham, não falha a repressão material impiedosa dos poderosos.

Finalmente, para impedir a compreensão da realidade, os sociólogos de má fé apontam ainda para outro desvirtuamento da Sociologia: o deslocamento do fato social para o campo da Biologia, confundindo as leis que regem a convivência dos animais superiores com as da convivência humana. Assim, exploradores e explorados são identificados como fortes e fracos, sendo o reflexo sociológico da lei da vida, uma espécie de darwinismo social, em que os fracos são naturalmente devorados pelos fortes. Mais uma vez, AVP advoga o uso da dialética materialista histórica para

explicar as relações de trabalho típicas da sociedade humana e denuncia o uso hipócrita que os sociólogos da burguesia fazem das ciências da vida para naturalizar a existência permanente do vale de lágrimas onde habitam os explorados pelo capitalismo numa luta pela vida, que é mais luta inglória do que vida.

Apona a livre concorrência como a teoria que salva a classe dominante de culpa e justifica o estado indiscriminado de espoliação pelas teses de seleção natural no ambiente social, então explicado com o apoio de conceitos como nicho, ecossistema, taxas de predação, mimetismo etc, fornecendo argumentos para a suposta indolência, indiferença e incapacidade dos pobres.

Conceitos da cibernética, também, são acoplados às estruturas da sociologia justificadora da miséria do mundo que, somados à Psicologia, Biologia, Ética e Ecologia oferecerão substratos para trabalhar uma noção de raça que desvirtua os menos afortunados, caracterizados por saúde precária e tendência à explosão populacional. A cor da pele sanciona o rol de deficiências naturais, bem como a superioridade cultural e moral, a posição geográfica em que o povo habita, se mais setentrional ou mais meridional do planeta, e o clima a que estão sujeitos, se mais quente ou mais frio.

Esquecidos da história que marca o berço da civilização em terras quentes, abaixo do Equador e com homens negros, o capitalismo e o imperialismo europeu e norte-americano reescrevem a história em função de seus interesses.

AVP denuncia, como a mais recente chantagem imperialista, o espantinho da

explosão populacional, porque alardeia não mais suportar o ônus da ajuda aos povos desafortunados, o que mascara a conveniência de não multiplicar potenciais rebeldes que desenvolvam uma consciência de si, oferecendo dificuldades de contenção pelo poder. Não se hesita em empreender o genocídio de populações infantis e adultas de risco, seja através do chamado planejamento familiar ou por meios mais diretos.

Alia-se, ao conjunto das chantagens recentes, a utilização do conceito de poluição, priorizando o ambiente sobre seus ocupantes e a predominância da relação com o meio em detrimento do convívio com os semelhantes que pode provocar o estabelecimento de uma consciência comum e a organização de formas de luta coletiva por parte da maioria deserdada da humanidade. Dessa forma, a noção de classe social é esvaziada por não ter fundamento ecológico. O autor alega que o homem não faz parte de nenhum ecossistema, porque o reflexo da realidade, que é a sua consciência, permite-lhe alterar as condições do mundo.

Para atribuir qualidade e cientificidade às suas proposições, os sociólogos da burguesia também se valem da matemática, de cuja manipulação estatística retiram valiosa colaboração nas correlações entre dados sociais, principalmente de caráter demográfico, além de projeções gráficas, diagramas e curvas que sempre serão lidos de acordo com os interesses do sistema. Além disso, a obstinação pelo uso de medidas exatas, ou uma sociometria para uma ciência qualitativa como a sociologia, só pode conduzir a distorções da interpretação

dos fenômenos sociais.

Entre as estratégias disciplinares mais contundentes para produzir o viés do estudo da luta de classes está, para AVP, a redução da sociedade a grupos sem divisões internas e com características de acordo com sua composição, sendo estudados por meio da dinâmica de grupos.

O grupo é ninguém porque é figura retórica da Sociologia. Serve apenas para comparações e classificações sem interesse para uma sociologia revolucionária, mas de grande utilidade para a produção de trabalhos escolares acadêmicos inúteis que apenas ocupam o tempo daquilo que deveria ser estudado, criando falsos problemas e soluções sem utilidade, além de reduzir o estudo dos grupos à sociedade mais próxima, local e familiar, desviando os estudos da sociedade global.

Há uma desejada intenção de vincular os problemas sociais globais a teorias do mundo da cogitação e as microquestões a uma investigação prática desejável apenas para soluções, também, micro. Raciocínios como esses desvirtuam a Sociologia e seu papel nas Ciências Sociais, atribuindo-lhe a função de realizar uma apologética da sociedade capitalista que tem como deuses materiais industriais, latifundiários, banqueiros, negociantes, políticos e outros agentes que não trabalham.

Aos sociólogos dessa sociologia, a quem AVP chama de sociologetas, cabe defender a democracia do capitalismo, dedicando-se à aferição de adesões, repúdios e realização de sociodramas orquestrados pela dinâmica de grupos que dirigem o olhar da mobilidade para os minigrupos

e opacizam o estudo das relações de classe social. Completa-se a deformação com um arsenal matemático de apoio a inquéritos, sondagens e recenseamentos demográficos por amostragem que oferecem à opinião pública os elementos necessários para que ela pense, eleja e comporte-se como convém aos dirigentes das democracias liberais. Sub-repticiamente corre a premissa de que é livre a circulação entre os grupos e nos grupos; logo a ascensão social depende do interessado. Reduzindo a mobilidade social a mobilidades individuais nos grupos, a tese de AVP é de que se faz associação fácil entre sociologia e psicologia e dessa com a psicanálise. Um passo tão pequeno quanto a sondagem de condutas para o tratamento adequado das individualidades assalariadas. Afasta-se, de todas as maneiras, a homogeneização dos grupos de baixo para extirpar pela base a luta de classes. Para os problemas dos grandes grupos, há a política, o governo e a administração pública. E para manter todos unidos, esportivamente, em lutas racionais e naturais do mundo capitalista e não de classes, os teóricos, alvo da crítica severa de AVP recorrem à teoria da identificação pelos símbolos e à teoria da pacificação pelos símbolos. A primeira consequência dessa racionalização é deixar claro que a maioria dos antagonismos são de caráter benigno, especialmente se mantidos sob a vigilância dos órgãos de repressão estatal.

No mesmo tronco de estudos dos conflitos sociais emerge a conjugação do conceito de estrutura com o de grupo social, em que os conflitos são acontecimentos previsíveis, de antemão domados, um tecido

para o natural e permanente estado da estrutura social.

Conforme AVP, recentemente os sociologetas introduziram nos mecanismos de ocultação do vale de lágrimas, no âmbito da cibernética, cálculos que estudam e criam processos de controle dos seres vivos e máquinas, operando quase ilimitadamente sobre projetos e programas sociais cujas conclusões, a gosto dos sociologetas de aluguel, são tornadas, na atualidade, expressões máximas do saber científico. A cibernética, tornando-se a ciência do governo da sociedade, promete trazer a solução ideal à sua direção, apelando para a redenção da humanidade graças à redenção dos robôs, desaparecendo, afinal, o vale de lágrimas. AVP reafirma, enfaticamente, que, para que tal houvesse, somente a redistribuição da propriedade dos meios de produção seria a solução, obtida pela luta incessante das massas na nova ordem política do mundo. A evolução tecnológica apenas continuará beneficiando os capitalistas, consumidores na acepção da palavra – inclusive da classe oposta, pelo esgotamento das suas forças –, indivíduos regressivos que tentam parar a história que os levará ao desaparecimento.

No encobrimento do vale de lágrimas, operam em conjunto a cibernética, a informática e a teoria da comunicação. Enfatiza AVP, as massas sofrem, apesar disso, de máxima deficiência de informação e de comunicação num mundo que se diz potencializado pela informática e pela comunicação, mas que é regulado pela voz do pastor e pelo balir obediente das ovelhas.

A partir desse ponto, AVP dedica-se a explicar como se dá a direção financeira e social dos centros hegemônicos sobre os países do vale de lágrimas, dizendo ser, a economia, a ciência que ocupa o papel central na mistificação global. Para tanto, inicia com o desvelamento da noção de capital, pois, aí reside o interesse máximo dos beneficiários do sistema em ocultar que o mundo pode viver sem a presença e as funções do capital. O autor recorre à história dos povos para provar que a inevitabilidade do sistema capitalista para uma sociedade bem organizada é um engodo que a burguesia implantou a partir do século XVI.

Em seguida, aborda o dinheiro enquanto primeira forma na qual o capital aparece (troca de dinheiro por dinheiro) e o lucro gerado no curso da circulação mercantil e depois cambial. Mostra, então, como uma minoria se apossa da capacidade de produzir, inclusive os conhecimentos culturais tomados como válidos e até mesmo as instituições e as figuras simbólicas, como a do Estado. Esse é apresentado, por AVP, como incumbido da coleta do lucro geral, conservação, estrutura e instalação do poder político com seus dirigentes e corpo tecnocráticos hipocritamente apresentados como destinados a presidir a distribuição dos lucros sociais. Mostra como os dirigentes subvencionam os peritos destinados a vedar ao trabalhador o acesso ao saber, instituindo a servidão de profissionais cuidadosamente selecionados pelo poder.

Demonstra como a universidade cumpre o papel selecionador e criador das teorias e modelos convenientes, exemplificando como os futuros economistas, em

vez de se enfronharem em conceitos teóricos sérios, como opressão, exploração, trabalho não pago, têm seus neurônios ocupados em invenções fantasiosas, como produto nacional bruto, rendimento per capita, concentração de recursos, capacidade e equilíbrio de endividamento e mais centenas de conceitos vazios em dialeto ianque. Tais economistas recebem com o diploma o poder de anunciar a descoberta das soluções salvadoras para a maioria, já que as massas sem diploma são tornadas incompetentes para emitir julgamentos e verdadeiramente incapacitadas pela supressão do acesso ao saber.

Demonstra como contemporaneamente o sujeito capitalista, já moralmente desgastado é substituído no imaginário popular pela instalação empresarial que supõe o máximo de racionalidade automatizada e diz às massas que a solução econômica e psicológica delas é consumir, suprema miopia sociológica, que afirma serem iguais os homens na liberdade e potencialidade para consumir.

Para o autor, nada mais falacioso do que afirmar que a melhoria da classe trabalhadora depende da substituição dos mecanismos que engendram a produção, reafirmando que, na sociedade, só têm importância as relações entre os homens.

AVP demonstra acreditar na possibilidade da geração da consciência de classe pelo nivelamento da miséria econômica e cultural de trabalhadores urbanos e rurais em países subdesenvolvidos tanto quanto o surgimento de classe para si entre trabalhadores mais capacitados.

Aliado ao aspecto econômico sobressai o político como modalidade de justificação do mundo miserável, incluídas aí as políticas científicas e artísticas e a invenção de uma ciência política que, segundo nosso autor, só serve de cabide de emprego para funcionários universitários e outros com o título de professores. No aspecto político, a ocultação do vale tem por principal objetivo garantir a segurança da classe dominante.

Um conceito político chave para a classe dominante seria o de subdesenvolvimento destinado a desaparecer com o avanço do processo histórico, declarando que a desigualdade social mudará de significado e deixará de ser a injusta situação de fato para representar a diversidade psíquica entre os homens e sua capacidade de trabalho no aproveitamento dos recursos do país, sem nada a ver com as relações econômicas internacionais.

No afã de conter o surgimento da consciência de si no país subdesenvolvido, afirma AVP que as elites convencem as massas da impossibilidade de superarem suas deficiências culturais por si sós, porque a miséria não gera ciência, tendo então de aceitar a generosidade dos países ricos.

O país pobre não pode pensar, mas, sim, seguir modelos de desenvolvimento por outros desenhados. Só o surgimento da consciência de si, segundo AVP, supõe a presença de pensadores e líderes políticos que se disponham a dizer a verdade e partir para a ação, o que não acontece facilmente, porque a alienação cultural fabricada pelo imperialismo anestesia o povo subdesenvolvido.

AVP afirma a tese de que o subdesenvolvimento tem de ser pensado pelo mundo subdesenvolvido em esforço de ascensão e executando uma política de libertação de todas as submissões.

Em contraposição à tese que afirma serem desenvolvidos os países que quantitativamente alcançaram um certo nível de suas economias, o autor afirma que desenvolvido é o país soberano, ou seja, um modo de ser existencial da população autônoma e com igualdade cultural, social e econômica.

Em todos os momentos, AVP insiste que só a lógica dialética não idealista, que ele entende como a materialista histórica, está capacitada a apreciar a correlação entre os diversos processos nacionais e não as matrizes quantitativas comparativas, como as usadas pelas disciplinas universitárias e seus peritos de aluguel do capitalismo liberal dos chamados países desenvolvidos, que ele designa por imperialistas. Considera que a dialética do desenvolvimento é inseparável da luta do povo por sua ascensão política, crendo, decididamente, na revolução política transformadora.

Aqui, um comentário nosso é necessário ser feito: além da obsessão pela análise dialética, nosso autor não se desprende das estratégias revolucionárias clássicas, o que, a nosso ver, desmerece sua obra, já que a revolução tão sonhada por tantas construções da consciência de si na sociedade de representação, totalmente desarticulada, que vive o mundo contemporâneo sob rígido controle global de todos contra todos, jogou tais estratégias para uma quimera. Nem por isso, perde consistência a denúncia que,

enfática e contundentemente, realiza com coragem e argúcia únicas e mostradas ao leitor à vista dos fatos sociais de um ponto dificilmente focado. Insistindo na compreensão dialética do processo de desenvolvimento, dá as costas a tantas outras análises de poder que talvez lhe oportunizassem, dada sua erudição e rigor intelectual, mais consistência e atualidade na denúncia dos fatos e no anúncio das perspectivas. Bastaria calcar-se na sua brilhante percepção e apurada intuição para interpretar a realidade, em vez de valer-se de métodos acadêmicos (materialismo histórico) que tanto critica. Uma das coisas fantásticas que AVP desvela é como a invenção de conceitos, índices e estatísticas são a prata da casa da universidade e apenas servem para dificultar a compreensão da realidade do mundo. No entanto, parece esquecer que os conceitos da ciência dialética hegeliana são também a prata da casa dessa mesma universidade.

A visão de processo histórico de AVP leva-o a considerar que todo império foi nação subdesenvolvida e será ex-império. Seu desenvolvimento deveu-se ao saque colonial que realizou. Embora, para nosso autor, não seja necessária essa estratégia para galgar desenvolvimento, se o entendermos como alto nível de bem-estar e dignidade humana nas relações de produção no trabalho comum, acrescida a soberania política baseada na circulação de bens materiais e culturais, sem pilhagem, agressão e domínio entre as nações, hoje, subjugadas, que são maioria e que unidas podem ser muito fortes.

AVP lamenta a perda da noção de classe social entre os povos subdesenvol-

vidos. Fato esse que atribui ao processo de alienação sempre em marcha, orquestrado pelas nações imperiais que convencem as massas de que elas são incapazes de saber e sem capacidade de pensar um projeto de ação política ou assumir responsabilidade na direção social.

AVP rebate a idéia de que o conceito de subdesenvolvimento tenha se esvaziado, afirmando que esse persiste no país sem soberania porque persistem as causas econômicas e políticas que o geram. Diz que seus opositores inventaram uma ecologia aplicada à sociedade para boicotar verdades inerentes ao processo social, como as relações de produção. Precursor da ecologia social foi o darwinismo social, aponta AVP, o qual justificava o capitalismo pela supremacia dos mais fortes.

Para manter ocupada a inteligência das áreas coloniais, os estudos, assim como na economia, encaminham-se para conceitos de empréstimo, como sistema, nicho, densidade volumétrica e outros, desviando-os dos reais interesses dos estudos sobre o subdesenvolvimento.

AVP denuncia a falsa inteligência da esquerda que, através de encontros, seminários e afins, gesta novas manifestações no vernáculo em consonância com seus professores das nações hegemônicas, em franca decadência intelectual. Fixado para o momento o vernáculo gerador da teoria, encenam-se os encontros e os debates, fórmulas para fazer outros acreditarem nas invenções recém-nascidas. Disso se incumbem os proprietários dos meios de comunicação, o mercado editorial e as cátedras universitárias, de preferência atuando em

linguagem hermética e indecifrável. Tudo isso funcionando como freio para a consciência dos povos atrasados. AVP denuncia tais intelectuais como traidores do povo, esses que fazem crer que traidores são os que falam pela voz das massas trabalhadoras.

Para coroar as estratégias de alienação, as crenças desempenham importante papel pelas promessas escatológicas na ocultação da verdade das relações reais entre os homens, impedindo o desabrochar da racionalidade humana. Trabalho esse finamente tecido pela casta privilegiada do círculo sacerdotal. AVP ensaia afirmar, a exemplo de Nietzsche – Deus está morto –, Deus pecou, porque criou o pecador e porque não se redimiu.

AVP acredita na função ideológica das religiões de qualquer tipo ou época para aplacar as angústias da vida real dos dominados e reforçar a humildade e a resignação. A antropomorfização de Deus tornado pessoa obriga-os a ficarem submetidos à dialética do senhor e do escravo.

Decididamente apoiado no pensamento hegeliano (fenomenologia do espírito) que supõe ser a obra máxima do pensamento filosófico, AVP acredita no futuro das massas trabalhadoras, ao passo que o Senhor ou Deus não tem futuro e a religião monoteísta representa uma farsa que exige a existência do pecador para existir.

Considera o poderio religioso e eclesiástico em declínio em virtude dos conflitos entre as seitas, deserção do clero, extinção de ordens religiosas motivadas por insubordinação contra excessos de escândalos morais ou econômicos, insuportável

opressão dos altos escalões da hierarquia dirigente e um processo de sectarização sem fim. Como estratégia de sustentação nosso autor aponta o artifício do ecumenismo na tentativa de manter o domínio da consciência das multidões que tendem à consciência livre e desmistificada. Reconhece a existência de um clero jovem progressista aliado à causa da libertação e que representa o trânsito de uma formação capitalista para outra e que se anuncia, não como a Boa Nova mística, mas como a organização racional e prática da sociedade que já se adianta em vários países.

No seu afã de elencar as formas de ocultação da miséria do país subdesenvolvido, AVP chega a nomear o que chama de ocultação lúdica do subdesenvolvimento. Trata-se de formas de divertimento popular, como o carnaval, o futebol e festividades religiosas, meras distrações da consciência da realidade, as quais, segundo ele, passaram de permissão para alívio do trabalho constrangedor à concessão para a satisfação limitada e vigiada de um calendário festivo institucional. AVP denuncia um verdadeiro profissionalismo semântico em ditos e escritos convenientes à manutenção da alienação³.

À força de engenho e arte, fabricam-se figuras políticas e poderosos homens de negócio, com a máxima facilidade e rapidez -, aptos a esclarecer o momento político nacional ou internacional, com um vultoso e impenetrável linguajar técnico improvisado. Isso tem um efeito de conteúdo ideológico irradiado pela máquina publicitária que atinge inicialmente grupos letrados que as passam como recado para as

grandes massas não-letradas.

AVP ataca com veemência os estudiosos estruturalistas da semântica, que considera nascidos na nação hegemônica e colonizadora, comparando-os com a maioria dos lingüistas e informáticos. Nesse ponto, cita vários embustes semânticos. O termo subdesenvolvimento, por exemplo, é substituído por diversos eufemismos como países em via de desenvolvimento, áreas marginais, países assistidos pela ajuda técnica, etc., mesclados com noções referentes a excesso de população e escassez de alimentos, tudo isso convertido em matéria técnica reservada ao conhecimento e discussão de poucos eruditos. Até mesmo o fato concreto das favelas é substituído por conjuntos habitacionais, espezinhante solução que supõe a permanência da aglomeração pobre longe da favela rica, ou seja, bairros residenciais.

AVP ressalta que os técnicos, cientistas ou políticos sociais acusam de escandalosos os estudiosos sérios que falam em subdesenvolvimento e utópicas as idéias nacionalistas que incidem na mais primária compreensão dos fatos. Por isso, são subversivos, perturbadores do trabalho pacífico e esclarecido dos técnicos. Quanto à consciência popular, os técnicos, convertidos em autoridades administrativas, consideram que o povo nada tem a dizer sobre conceitos nebulosos e imprecisos, porque o golpe semântico transformou realidade em conceito, longe da curiosidade do povo. Os dirigentes fiéis às tradições nacionais, que nada mais são que as tradições da classe dominante, afirmam que o certo é como eles tratam as questões e, se não for assim,

será o caos, ou seja, um estado social que nunca existiu nem poderia existir, mas com o qual o imperialismo atemoriza as massas sobre pensar numa transformação social acelerada.

AVP afirma a tese de que o subdesenvolvimento é um fato político e que são políticas as causas que o determinam, estabelecidas ao longo do processo histórico, sujeitando os povos de fraca estrutura material e política aos empreendimentos predatórios dos que realizaram maiores progressos nas suas forças produtivas e de caráter bélico.

Comentando o essencial dos subterfúgios léxicos da mentalidade dominadora, nosso autor aponta o abafamento da dependência política do país pobre e que sua superação será, portanto, um fenômeno político que representaria o fim do colonialismo e da espoliação.

Finalmente, o pedagogo parasita incluirá o subdesenvolvimento no campo da etnografia, identificando os subdesenvolvidos com primitivos objetos de estudo do mundo colonizador, enquanto seus sábios tomam o lugar de sujeitos da história e das pesquisas científicas. Assegura AVP que reduzir outro homem à condição de objeto é reintegrá-lo na condição do escravo da dialética hegeliana.

O país subdesenvolvido sempre deixa de existir como tal e converte-se em laboratório da ciência importada com seus mestres que educam os noviços aprendizes locais no dogma do saber sociológico de que a realidade do país atrasado só pode ser objeto de definição e estudo por parte dos adiantados, que constituem a ciência e a consciência da inferioridade dos nati-

vos. Não existe “norte-americanologia” ou “francologia”, mas sim “egiptologia” e muitos “brasilianistas”, já que a sociologia do dominador fala sozinha: A ideologia do dominador está portanto encurralada nesta insolúvel contradição: ou não se dá a conhecer às suas vítimas, e nesse caso não cria discípulos nem instala megafones; ou avassala os centros de ensino, as escolas, faculdades, os jornais as revistas e as prateleiras das livrarias, mas ao tirar a máscara deixe patente a face disforme da sua hediondez moral. [...] Ao tomar conhecimento da “ciência” do inimigo, o intelectual do mundo subdesenvolvido adquire decisiva superioridade. Passa a valer-se dela a fim de dizer para si e para os seus a ciência verdadeira, a teoria econômica desalienada, que deve libertar o país submisso (PINTO, 1975, manuscrito).

Enfatiza AVP, a crítica é a arma dos intelectuais despertados para a realidade do país, mesmo que os dominadores insistam em declarar que o subdesenvolvimento exige, para ser estudado, uma metalinguagem. Afirma que, afinal, estamos diante de processos históricos e não semânticos, rumo a um único objetivo que é a humanização do trabalho e a cessação da pilhagem de áreas indefesas por falta de consciência de si:

[...] somente mediante a composição artificial e falsa de uma imagem de si, para uso interno e externo, a nação hegemônica pode pretender apresentar-se como território desenvolvido “em si”, quando de fato, conforme não podia deixar de ser, uma vez que também ela é um processo, e portanto uma totalidade com contradições internas e em constante movimento, o chamado país desenvolvido, pela hilariante teoria da “metalinguagem” exigiria um outro, ainda mais rico, culto e forte para explicá-lo” (PINTO, 1975, manuscrito).

Entendem os técnicos da espoliação que um país atinge o desenvolvimento quando consegue conquistar o domínio político de áreas pobres, apropriando-se de seus recursos materiais, entre eles o trabalho das massas esmagadas, aparecendo como forte diante de outras, débeis.

AVP chama a atenção de que a relação de dominação, sendo um fato dialético total, não se resume ao recebimento passivo de ordens ou lições. O dominador julga destruir o dominado, mas estabelece com ele um diálogo confrontante, que vai do debate lógico ao choque revolucionário violento. A revolução é a metalinguagem dos que não podem falar. Já a violência da dominação consiste em criar, no meio nacional vencido, uma legião de violentos, educá-los com atribuições dirigentes, administrativas e intelectuais, que apelam para a censura irracional, para as pesquisas, a catequese e outras estratégias que vencem porque convencem, com a divulgação das idéias que constituem o saber.

Esse saber dos estudiosos da sociedade que responde pela dominação passa por dotar o social de caráter abstrato, ornamentando-o com o verbete sociologia geral, confundido com generalidades da sociologia, que vêm a constituir os alicerces de tal ciência no âmbito do idealismo filosófico. Tais artimanhas continuam no âmbito pedagógico.

Por outro lado, nosso autor defende que a base das ciências sociais tem de partir da realidade particular, existencialmente vivida, para chegar às idéias gerais totalizadoras; ao contrário de seus opositores que das generalidades chegam aos trabalhos

locais etnográficos, suprimindo a análise dialética dos fatos:

O pecado mortal na formação do sociólogo das áreas pobres consiste em partir da sociologia feita para definir o subdesenvolvimento, quando o que compete ao intelectual nativo é partir do seu subdesenvolvimento para definir a sociologia (PINTO, 1975, manuscrito).

O procedimento adequado, segundo nosso autor, é:

[tendo] fundado a ciência no particular concreto, atravessará a camada do universal abstrato para daí chegar, por fim, ao universal concreto, o ponto de máxima altitude na inteligência científica. Para isso, porém, precisará estar munido do instrumental lógico dialético, sem o qual a ascensão inteligível o transformará num alpinista malogrado sociólogo (PINTO, 1975, manuscrito).

A primeira exigência do espírito crítico é rejeitar, a título de atitude metodológica inicial, conceitos, técnicas, procedimentos, padrões de medida, projeções e conclusões táticas provindas dos centros desenvolvidos.

Para AVP, aos povos atrasados compete elaborar a ciência social global, refletindo a condição total em que vive a humanidade inteira. A dialética aponta a superioridade do escravo sobre o senhor, segundo ele; pertence à genuína humanidade adolescente que se prepara para a revolução científica, invertendo as posições sociais. É interessante notar, afinal, que para o nosso autor a racionalidade dialética é a grande esperança da humanidade. É ela que anunciará a verdade sobre a dominação e teoricamente dará condições para extinguir todas as formas de exploração do trabalho humano.

O autor afirma ser a pedagogia a arma por excelência da classe dominante na metrópole e na colônia, travando-se aí uma luta incessante entre os diversos especialistas. No âmbito da economia, transformam os índices financeiros em índices econômicos. AVP esclarece que o âmbito da economia é o da produção, antes e depois de essa ser ciência. As finanças funcionam no âmbito do intercâmbio, operação que foi-se complicando, nas sucessivas formações históricas. O ardid está em misturar relações sociais e correlações financeiras, envolvendo tudo em análise abstrata.

Para esclarecer seu ponto de vista, AVP dissecou três exemplos: produto nacional bruto, renda per capita e consumo, mostrando que seus conceitos nada têm a ver com a realidade. São, sim, proporção numérica entre dados heterogêneos. Quanto ao PNB⁴, afirma que a produção do país, em conjunto, não tem medida numericamente contável. As nações poderosas não são produtoras, mas a existência do PNB dá a impressão de que elas sejam de potente base econômica, enquanto seu PNB é calculado sobre o trabalho dos explorados internos e externos.

AVP enfatiza que nenhum índice isoladamente serve para refletir o desenvolvimento real de uma nação, pois ele é uma característica histórica de um povo. Afirma, também, que a fraqueza monetária e, portanto, o desvalor político internacional, não corresponde, necessariamente, a economias débeis.

Cabe aos expoentes intelectuais do vale de lágrimas procederem

[...] à formulação e estruturação da ciência econômica e das finanças que reflitam, ideologicamente, inclusive nos índices originais que meçam a verídica parte de valores, materiais e concretos, os interesses do povo até agora pobre e espoliado” (PINTO, 1975, manuscrito).

AVP esforça-se nessa tese porque está convencido de que o conteúdo das ciências consumidas atualmente é ideologicamente comprometido. Sua exemplificação do conteúdo inerente ao conceito de consumo atesta tais desvios em malefício dos povos oprimidos. A disparidade do processo de consumo, dentro de um mesmo país, é o melhor indício da real condição de nação subdesenvolvida. As classes ricas do país pobre são, segundo nosso autor, as classes pobres do país rico. Todos querem o desenvolvimento, mas, segundo os capitalistas, esse não implica igualdade econômica, porque a desigualdade faz parte da ordem natural das coisas. Só dizem o contrário sonhadores utópicos e agitadores profissionais. Quando o capitalista fala em desenvolvimento, refere-se a algo no país em geral e não ao povo em particular, em totalidade igualitária. AVP protesta contundentemente contra o que defendem os capitalistas:

A distribuição, espantosamente desigual, da renda e do consumo, portanto, longe de ser um estigma moral, uma situação oprobriosa, enodoando o país, resulta da capacidade da iniciativa particular, e pessoal de alguns poucos empresários ou homens de negócio, que não pode ser exigida das massas em geral (PINTO, 1975, manuscrito).

Como todo conceito retrata a lógica na qual foi cunhado, nosso autor acusa os

especialistas de aluguel de usarem o conceito vulgar de consumo, e detém-se em cunhá-lo à luz do método dialético histórico a partir das idéias de bem e de valor, a primeira sendo uma necessidade humana material ou espiritual ligada à atribuição de um valor, fato social ou cultural, mas sem identificação entre ambos.

Para referendar o conceito de consumo com a dialética materialista, AVP começa definindo-o da seguinte maneira:

“[...] o consumo indica o avanço do domínio do homem sobre as forças da natureza, pelo conhecimento dos fenômenos que aí se passam e das idéias que os regem.”
[...] Sem o conhecimento, derivado da ação sobre a natureza do animal que enveredou pelo caminho da antropogênese, seria impossível “consumar” o bem que vai ser “consumido”. Nas concepções idealistas e alienadas, inclusive nas julgadas “técnicas” da economia compendiada, o consumo mede o grau de absorção dos bens socialmente disponíveis por determinado indivíduo, o que, concretamente falando, quer dizer por determinada classe social. Na concepção dialética crítica, o consumo implica o domínio da humanidade inteira sobre as forças da natureza” (PINTO, 1975, manuscrito).

É o trabalho que realiza a consumação, fabricação ou criação; e o consumo, que é a aniquilação, exige o retorno à consumação, sendo também, portanto, criador. Para consumir ou desgastar, o homem usa valores econômico-financeiros no âmbito do mercado. Enquanto a apropriação ou utilização privada de um bem o nega ou consome, sua utilização em caráter público não o subtrai da sociedade e não se inclui na categoria de consumo. O conceito de

bem, em economia, ou bom, na ética, é incorporado à mercadoria para possibilitar-lhe o consumo. Segundo AVP, a classe dominante é perdulária porque substitui bens possuídos sem necessidade, adquire mais do que precisa, investe no modelo do ano e na moda e multiplica bens da mesma espécie, esbanjando, colecionando, desperdiçando e produzindo caridade filantrópica como desaguadouros da riqueza excepcional acumulada da extração desenfreada da mais-valia. A sociedade perdulária, segundo nosso autor, é a etapa podre, derradeira da abundância capitalista.

Pequenas nações com dinheiro forte, e aí AVP refere-se às nações árabes, às de cor e às emergentes, reduzirão os imperialistas a mundo dominado no futuro e já agora a mundo assustado.

Será, deixando a metáfora, a luz da nova consciência, que se está instalando no espírito dos povos, levando-os, como disse um filósofo, do estado de consciência em si, ao de consciência para si. [...] O capitalismo não desaparecerá porque se venha a tornar incapaz de produzir, mas sim porque não conseguirá continuar a manter as condições de sustentação do modo de produzir que lhe são peculiares. Resumem-se na dominação econômica dos bens e do trabalho de outros povos, por enquanto fracos e servis, e encontram expressão patognomônica na existência de ínfima fração da sociedade que a torna perdulária nos países que gozam, ainda, ou gozaram, de cambaleante hegemonia histórica. [...] A nova formação, que tomará o lugar da atual, será aquela que recusa a produção ostentatória, em benefício da fabricação racionalmente planejada, para a distribuição equitativa dos bens modernos e de melhor qualidade a todos

os membros da sociedade (PINTO, 1975, manuscrito).

A idéia de consumo é diferente para o consumidor e para o não consumidor. Para o primeiro é um direito natural, para o segundo predomina só a consciência do direito, como ambição estimulada pela publicidade.

Para os capitalistas, a constituição do máximo lucro, com a mínima despesa concretiza-se por meio dos poderes econômico e político intercambiados:

Não há “política salarial”, eufemismo que encobre o esmagamento dos operários pela classe patronal no poder, que resolve ou apazigüe um desajuste de ordem substancial e não acidental. Os aumentos de salário são anuais para os trabalhadores, enquanto os lucros dos patrões ocorrem diariamente (PINTO, 1975, manuscrito).

O pobre consome o indispensável para ficar vivo – contradição com uma sociedade que fala de qualidade de consumo – e assim é expelido da sociedade de consumo. Isso leva o capitalista a ter de pagar, mesmo com achatamento dos salários, para manter o subconsumo do trabalhador, e esse na condição de escravo assalariado.

Tal comportamento forçado gera o subdesenvolvimento, mas o não-consumidor consome fatores que desencadeiam a revolução social, nas palavras do nosso autor, reafirmando que a prática da lógica dialética representa um exercício de desalienação que construirá o país seguro por si.

Referindo-se, claramente, à situação do Brasil nos anos 1970, AVP, com visível desdém afirma:

Atualmente, porém, depois de certas modificações na política econômica, por exemplo, no controle da inflação, no arrocho salarial, na voracidade dos investimentos estrangeiros, no incentivo às exportações de bens categorizados, o país passou a revelar “índices de crescimento” que indicam o acerto da orientação adotada e dão-nos a esperança de entrarmos, em breve, na luminosa fase em que estaremos livres da pecha do “subdesenvolvimento” (PINTO, 1975, manuscrito).

Contraopondo-se, nosso autor afirma que sempre existirá um crescimento inevitável que define apenas a velocidade de expansão das forças produtivas nacionais, ou seja, crescimento vegetativo. Interessaria a aceleração do desenvolvimento da realidade de todo o povo. O movimento produtivo, contado no tempo, tem de ser posto em correlação com a totalidade quantitativa do povo, ou seja, crescimento real da população para adquirir sentido verdadeiro, isto é, indicador de um processo histórico e não mero quociente abstrato.

Afirma assim, AVP, ser ilusório o desenvolvimento nacional dos anos 70 porque dissocia crescimento da produção bruta e da expansão populacional, fotografando apenas a concentração de renda nas mãos de uma minoria de aproveitadores da elite e postulantes a ela.

No entanto, enfatiza sua crença no Brasil, utilizando o exemplo da indústria automobilística, independente de como foi implantada e dos resultados reais que determina. Como estamos no paraíso da consciência ingênua, nas palavras de AVP, se a expansão dessas forças produtivas gerasse desenvolvimento, não seria o nosso, e

sim o estrangeiro, mas é apontado como tal pelos economistas porque cresce o número de consumidores de automóvel. Só entre aqueles que podem comprar, ressalta AVP. Quanto ao povo em geral, sofre um endividamento oculto, aceitando viver nas condições de subconsumo, fazendo, à sociedade, um empréstimo permanente que corresponde ao que os capitalistas lhe devem e jamais pagarão.

No entanto, os capitalistas nacionais dos anos 70 têm dois temores: a ascensão do pensamento das massas e a presença e função do capital estrangeiro acolhido inicialmente com euforia. Ele fez-se acompanhar de estipulações contratuais espoliadoras dos magnatas tupiniquins, tais como remessas de royalties, fretes preferenciais, pagamento da tecnologia, honorários de executivos, managers e resgate de compromissos do tesouro.

O caviloso desejo de fazer passar por nacional o que não é, só pelo fato meramente físico ou geográfico de ter sido fabricado em estabelecimentos sediados em nosso território, penetra na mentalidade do povo ignorante dessas minúcias, e o faz ser levado a um ufanismo bocó que enche de alegria o coração dos patriotas ingênuos e de dinheiro os cofres dos cobradores estrangeiros. Configura-se, assim, o quadro colonial imutável na essência, porém, variado na aparência, conforme não podia deixar de ser, uma vez que mudaram as páginas da folhinha. Não é mais a coroa estranha que arrecada o dízimo, o quinto, o laudêmio, mas a grande empresa internacional, os gigantescos trustes, os portentosos bancos, alguns para efeito de mais disfarçada espoliação, revestidos de siglas que lhes dão o passaporte de "instituições internacionais", apa-

rentemente sem possuidor político declarado (PINTO, 1975, manuscrito).

A sociologia do vale de lágrimas termina assim. Mais uma intuição realista quanto atual do nosso autor.

No dia 27 de janeiro de 1975, AVP assinava o manuscrito de aproximadamente, quatrocentas páginas, sem nenhuma referência bibliográfica. Sua penúltima obra, repleta de adjetivações metodológicas de difícil aceitação em função do exagerado dogmatismo e de substantivas contribuições epistemológicas e pedagógicas. O que perde na ordem política de uma utópica revolução das massas, ganha na compreensão audaciosa, apaixonada e honesta da realidade social e da teoria do conhecimento disciplinar.

Parece que, decididamente, o autor não aceitou que sua lúcida compreensão dos fatos sociais fosse fruto de sua integridade e sensibilidade em contato com uma experiência de vida que o colocou, sucessivas ocasiões, diante da dominação, à repressão e a toda sorte de poderes letais contra ele próprio e contra grupos, povos e culturas subjugadas no presente e no passado, de cuja cotidianidade foi tomando conhecimento em função da vida e da erudição.

Na intenção de não apenas denunciar, mas justificar, em nível metodológico, caiu nas teias da ciência que ele próprio denunciou como viciosa, assumindo também uma visão dualista. Enxergou apenas duas lógicas de pensamento: a formal e a dialética, jogando para a segunda a única possibilidade de chegar à verdade, como se essa houvesse, e tomando-a como definitiva.

A crença quase religiosa depositada no uso exclusivo da racionalidade como forma de pensar distancia o autor de uma crítica mais ampla dos problemas sociais que desse suporte às suas tão bem colocadas intuições sobre o funcionamento da sociedade. É esse aspecto que torna AVP atual, se passarmos pelo crivo da experiência vivida pelos dominados de todos os matizes. Especialmente a leitura que explicita a formação universitária permite-nos tirar lições importantíssimas que pouquíssimos eruditos tiveram a coragem de elucidar.

A sociologia dos países subdesenvolvidos é leitura essencial para quem acredita na pureza da escola, da universidade, do direito, da economia e das demais chamadas disciplinas científicas forjadas, institucionalmente, por especialistas que as consomem, ao mesmo tempo em que delas

se nutrem e de tantos outros pilares institucionais tão difíceis de serem desnudados cruamente ante educadores e aspirantes a profissionais universitários. Não fosse opacizado por tentar tudo interpretar à luz da ortodoxia dialética histórica, penso que estaríamos diante de uma obra genial, na pena de seu último escrito.

Notas

¹ Trabalho este fartamente documentado e minuciosamente analisado na obra *Filosofia da Educação: o ensino de filosofia na perspectiva freireana*, publicado pela editora vozes em 2006.

² Daqui para frente AVP.

³ No final da obra, o autor dedica aproximadamente cinquenta páginas a um adendo que intitula *Observações preliminares e reflexões sobre o significado dos nomes e a ocultação semântica do "vale de lágrimas"*, em que desenvolve seus pontos de vista sobre essa questão.

⁴ Leia-se Produto Nacional Bruto.

Referências

FÁVERI, José Ernesto de. *Filosofia da Educação: o ensino de Filosofia na perspectiva Freireana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. *Álvaro Vieira Pinto: trajetória, filosofia e contribuições à educação libertadora*. 2006. 583 p. Tese (Doutorado) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2006.

PINTO, Álvaro Vieira. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro (1975). Aproximadamente 400 p. Manuscrito/Inédito.

Recebido em 23 de março de 2007.

Aprovado para publicação em 28 de maio de 2007.